



Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro

1º Semestre 2011



ÍNDICE

I.	Introdução	3
II.	Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente.....	3
	Recursos Humanos.....	3
	Aquisição de Bens e Serviços	9
	Encargos Financeiros	14
	Outras.....	14
III.	Execução de Maximização da Receita	15
	Impostos Municipais.....	15
	Taxas e Licenças.....	16
	Venda de Bens e Serviços.....	16
IV.	Conclusão	18
	Anexo I - Relação de Encargos Assumidos e não Pagos	18

I. Introdução

No sentido de dar devido cumprimento ao disposto no Artigo 5.º do Decreto - Lei n.º 38/2008 de 07 de Março – obrigações dos municípios – dispõe a alínea c) do n.º 4 do Artigo 40º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro que, “Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo resultante do saneamento financeiro, ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro e remetê-los, para apreciação, ao órgãos deliberativo”.

É neste contexto que se elabora o presente relatório de execução semestral referente ao período de **1 de Janeiro a 30 de Junho de 2011** que compreende as medidas de contenção da despesa que tiveram efectiva execução, de acordo com o preconizado no plano de contenção da despesa corrente.

Efectivamente, o plano de saneamento financeiro inclui um plano de contenção de despesa corrente -com especial enfoque nas despesas com pessoal, redução de custos com fornecimentos e serviços externos e racionalização de encargos financeiros- e um plano de maximização da receita.

Metodologicamente, o relatório- sendo semestral- compara os dois primeiros semestres de 2010 e 2011 no que concerne a despesa paga e receita arrecadada. Como complemento da informação disponibiliza-se, em anexo, uma relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 30 de Junho de 2011, correspondente à dívida de curto prazo.

II. Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente

Recursos Humanos

A este nível as acções previstas no plano de saneamento financeiro são as seguintes:

1. Melhoria dos procedimentos de gestão de pessoal

O Município de Mondim de Basto procedeu a uma reorganização dos serviços municipais e da estrutura orgânica- tendo optado por uma estrutura assente em unidades flexíveis, em detrimento de unidades nucleares- dando cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto - Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, nos termos do artigo 131.º do Código de Procedimento Administrativo.

Neste sentido, foi publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 253 de 31 de Dezembro de 2010, a nova moldura organizacional do Município de Mondim de Basto com efeitos a partir de 27 de Novembro de 2010.

A nova organização, estrutura e funcionamento dos serviços municipais teve por base os seguintes princípios: unidade e eficácia da acção; aproximação dos serviços aos cidadãos; desburocratização; racionalização de meios; eficiência na afectação dos recursos públicos e melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado.

O novo modelo organizacional é composto por seis unidades orgânicas, o que significa uma redução de uma unidade orgânica em relação ao modelo anterior- composto por dois departamentos e cinco divisões municipais.

As unidades orgânicas criadas foram as seguintes:

- a. Gabinete de Desenvolvimento, Modernização Sustentabilidade;
- b. Gabinete Jurídico e Contencioso;
- c. Divisão Administrativa e Financeira;
- d. Divisão de Administração e Conservação do Território;
- e. Divisão de Planeamento e Gestão Urbana;
- f. Divisão de Educação, Acção Social, Cultura e Desporto.

2. Modernização administrativa

No âmbito da Modernização Administrativa o Município criou o Balcão Único Municipal, que entrou em funcionamento no dia 2 de Maio de 2011, com o objectivo de melhorar o desempenho e a prestação de serviços aos munícipes. Este novo serviço concentra num só local o atendimento dos diversos serviços prestados, evitando deslocações desnecessárias, de serviço em serviço.

Com a abertura do Balcão Único foi possível reduzir o número de secretarias de quatro para uma, bem como o número de funcionários afectos às diversas secretarias de dez para quatro, libertando-os para novas tarefas.

Uma outra acção que concorre para maiores níveis de modernização administrativa, decorre da implementação da nova aplicação POCAL (fornecedor MEDIDATA) que permite garantir níveis superiores de eficácia no serviço de contabilidade, mormente ao nível da obtenção de outputs que cumpram os deveres de informação a entidades externas a que o Município está sujeito. Com esta medida foi, ainda, possível prescindir de serviços de consultoria que existiam com a entidade detentora da aplicação anterior.

3. Programas de formação para qualificação dos recursos humanos

No seguimento da elaboração de um diagnóstico das necessidades de formação municipal, o Município de Mondim de Basto encontra-se a implementar um plano de formação aprovado no âmbito de uma candidatura ao POPH designada “Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” realizada em parceria com a ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, na qualidade de entidade formadora. O plano de formação visa actuar ao nível do desenvolvimento de competências técnicas, científicas e comportamentais dos trabalhadores do município, abrangendo todas as categorias profissionais, de forma a contribuir para a modernização, qualificação e inovação da autarquia.

Este plano tem associado um orçamento global de 94.964,91€- participado a 100% pelo POPH- compreende um cronograma temporal com início em 21/03/2011 e fim em 29/12/2011, e contempla a seguinte estrutura formativa:

Descrição	Total
Nº de cursos	29
Nº de acções formativas	45
Nº total formandos	164

As áreas de formação são diversificadas, de acordo com o quadro que se segue:

Área Prioritária	Nº de Curso	Designação
Planeamento estratégico e gestão por objectivos	1	Metodologias e Planeamento de Desenvolvimento Local
	2	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
Gestão e avaliação de projectos	3	Concepção, Gestão e Avaliação de Projectos
Gestão e avaliação de desempenho de serviços, programas, dirigentes e trabalhadores	4	Definição de Objectivos e Indicadores de Desempenho
	5	Implementação do SIADAP
	6	Ferramentas e Instrumentos para a Monitorização do SIADAP
	7	Entrevista de Avaliação de Competências
	8	Preparação do Avaliado para a avaliação de desempenho
Gestão de recursos humanos	9	O Novo Regime de Vinculação, Carreiras e Remuneração na Administração Local
	10	Novo Modelo de Organização de Serviços Municipais
Contratação pública	11	Novo Regime da Contratação Pública
Marketing público, comunicação institucional e atendimento	12	Técnicas de Atendimento ao Público
	13	Marketing e Comunicação Institucional
Gestão para a qualidade, liderança e gestão de equipas	14	Liderança, Motivação e Gestão
Reengenharia de processo	15	Segurança no Trabalho - Equipamentos
	16	Planos Específicos de Prevenção de Riscos Profissionais
	17	Comunicação e Comportamento Organizacional
Outros	18	Sáude e Socorrismo
	19	Manutenção de Jardins
	20	Colocação em serviço e circula
	21	Retroescavadora - abertura de valas e transporte de terras
	22	Instalações Eléctricas - a cabo
	23	Instalações Eléctricas - a tubo
	24	Manutenção e Reparação de Pavi
	25	Técnicas de expressão e actividades práticas em creches e jardins de infância

	26	Expressão plástica
Planeamento estratégico e gestão por objectivos	27	Licenciamento Industrial
Outros	28	Técnicas de Manutenção e afiação de ferramentas
	29	Reparação e Manutenção de Instrumentos

No período em análise foram realizados 7 cursos que correspondem a 15 acções, num total de 335 horas de formação. Os cursos desenvolvidos foram os seguintes:

- Expressão Plástica - 25 horas
- Definição de Objectivos e Indicadores de Desempenho - 72 horas
- Entrevista de Avaliação de Competências - 14 horas
- Ferramentas e Instrumentos para a Monitorização do SIADAP - 24 horas
- Implementação do Siadap - 66 horas
- Manutenção de jardins - 50 horas
- Preparação do avaliado para a avaliação de desempenho - 84 horas

4. Programa de melhoria de medicina, higiene e segurança no trabalho

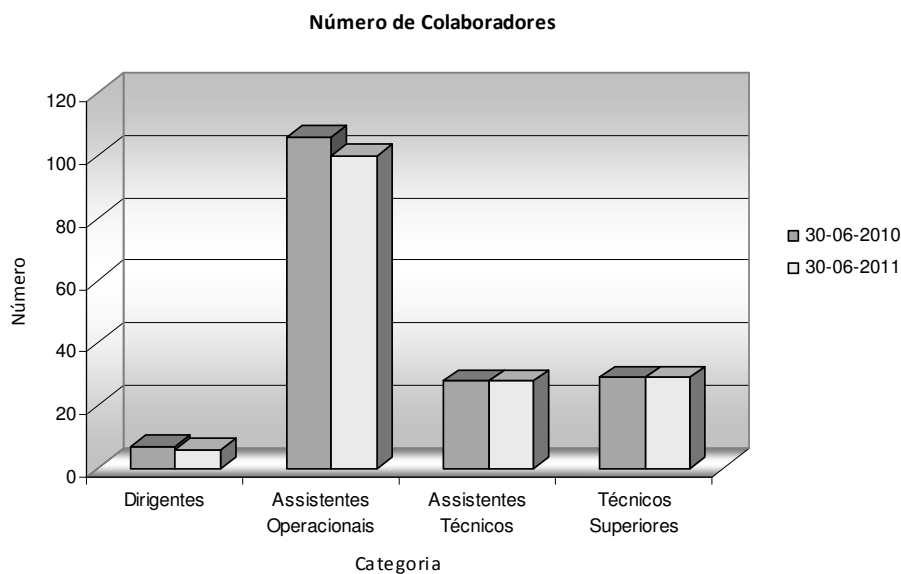
Durante este período não foram desenvolvidas quaisquer acções a este nível.

5. Colaboradores do município

No quadro e gráfico seguintes apresenta-se o número de colaboradores em exercício de funções no período em análise, em que se verifica uma redução de cinco assistentes operacionais no número de colaboradores do município. Esta diferença deve-se, em parte, à opção de não contratação de pessoal para o serviço da piscina municipal.

Categorias	N. Colaboradores	
	30-06-2010	30-06-2011
Dirigentes	7	6
Assistentes Operacionais	106	100
Assistentes Técnicos	28	28
Técnico Superior	29	29
Total	170	163

(não incluem pessoal em regime de mobilidade ou licença sem remuneração)



6. Horas extraordinárias e ajudas de custo

Comparando a evolução da despesa gasta com horas extraordinárias e ajudas de custo, nos períodos abaixo indicados, verifica-se que no período em análise não houve despesas, facto que se justifica por uma gestão mais criteriosa na afectação dos recursos humanos a cada serviço municipal.

Descrição	1.º Semestre de 2010	2.º Semestre de 2010	1.º Semestre de 2011
Horas extraordinárias	1.529,47 €	0,00 €	0,00 €
Ajudas de custo	598,08 €	1.412,57 €	0,00 €

(valor pago)

7. Custos com Pessoal

Descrição	1.º Semestre de 2010	1.º Semestre de 2011
Custos com pessoal	1 391 632,19€	1 393 691,13 €

(valor pago)

Os custos com pessoal aumentaram ligeiramente em função da contratação de cinco assistentes operacionais para uma equipa de sapadores florestais (contratados desde Setembro de 2010 no âmbito de Programa de Sapadores Florestais- Autoridade Florestal Nacional), e em consequência das medidas de promoção de emprego do IFP- Instituto de Formação Profissional, através das quais integrou, neste período, sete beneficiários no âmbito dos estágios profissionais do IFP e três no âmbito do PEPAL- Programa de Estágios Profissionais nas Autarquias Locais.

Aquisição de Bens e Serviços

No que respeita à aquisição de bens e serviços, estes são os compromissos previstos no Plano:

1. Criação de uma central de compras municipal

Durante o primeiro semestre de 2011 reorganizou-se o serviço de aprovisionamento, através da redefinição do circuito interno de aquisição de bens e serviços. Todos os processos de aquisição de bens e serviços são efectuados por via electrónica ou através da plataforma electrónica de compras ANO GOV.

2. Despesas com energia

No período em análise, e comparativamente com o período homólogo anterior, verifica-se uma diminuição no valor dos pagos com electricidade (- 7.466,78 €). De referir que no que a esta tipologia de despesa diz respeito, o Município tomou algumas atitudes isoladas, designadamente o desligar as fontes luminosas ao nível de exterior e dos equipamentos de ar condicionado a nível dos edifícios municipais.

Descrição	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Electricidade	65.027,61 €	57.560,83 €

(valor pago)

3. Despesas com combustíveis

Relativamente aos gastos com combustíveis verificou-se um aumento da despesa, em consequência da aquisição de cinco viaturas novas, das quais um tractor, uma retroscavadora e três autocarros (utilizados maioritariamente para transporte escolar) e do aumento sucessivo dos preços dos combustíveis.

Descrição	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Combustíveis	35.717,28 €	69.789,26 €

(valor pago)

4. Despesas com transportes

As despesas pagas com transportes no período em análise verificaram uma redução relativamente ao período homólogo anterior.

Descrição	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Transportes	103.627,71 €	89.359,34 €

(valor pago)

5. Despesas com comunicações

As despesas com comunicações sofreram uma redução de 43% face a igual período do ano anterior (- 14.919,99 €), conforme demonstrado no quadro e gráfico abaixo representados.

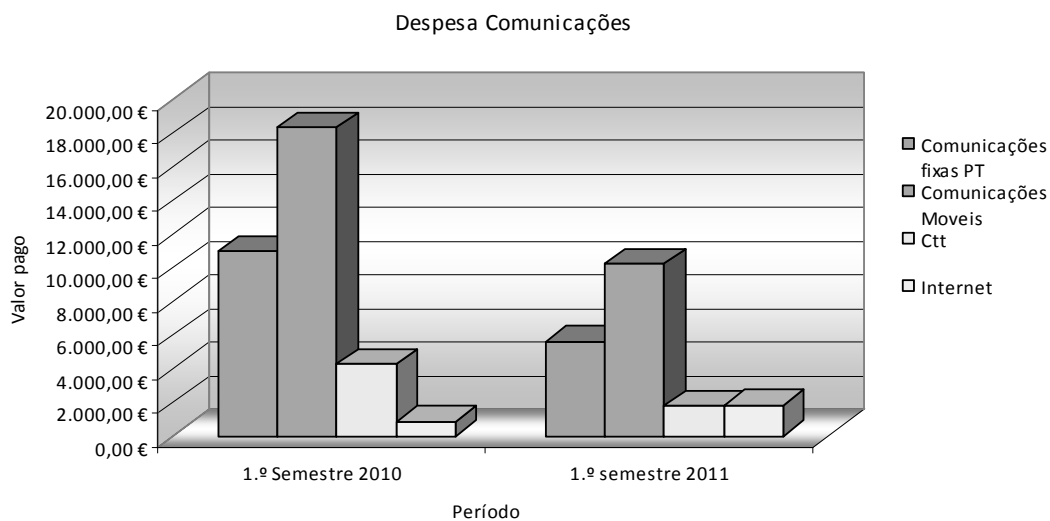
Descrição	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Comunicações fixas	10.989,18 €	5.641,32 €
Comunicações Moveis	18.298,16 €	10.241,68 €
Serviços postais	4.241,94 €	1.761,06 €
Internet	865,52 €	1.830,75 €
Total	34.394,80 €	19.474,81 €

(valor pago)

Ao nível das comunicações fixas procedeu-se à suspensão do contrato com o serviço de páginas amarelas e anulação de linhas fixas consideradas dispensáveis, após análise dos serviços. No que concerne às comunicações móveis, a redução verificada deve-se, essencialmente, à renegociação do contrato com a TMN.

No âmbito dos serviços postais, privilegia-se - sempre que possível - os serviços normais em detrimento dos serviços de urgência ou afins.

No que diz respeito às despesas pagas com Internet, o seu aumento advém da existência de novos utilizadores, designadamente o Museu Municipal, o Centro Escolar e a Biblioteca Municipal. No que se refere ao Centro Escolar, esta despesa passou recentemente a ser assumida pela DREN e no caso do Museu Municipal o Município prescindiu do acesso à internet móvel, estando no momento a equacionar uma ligação alternativa mais económica.

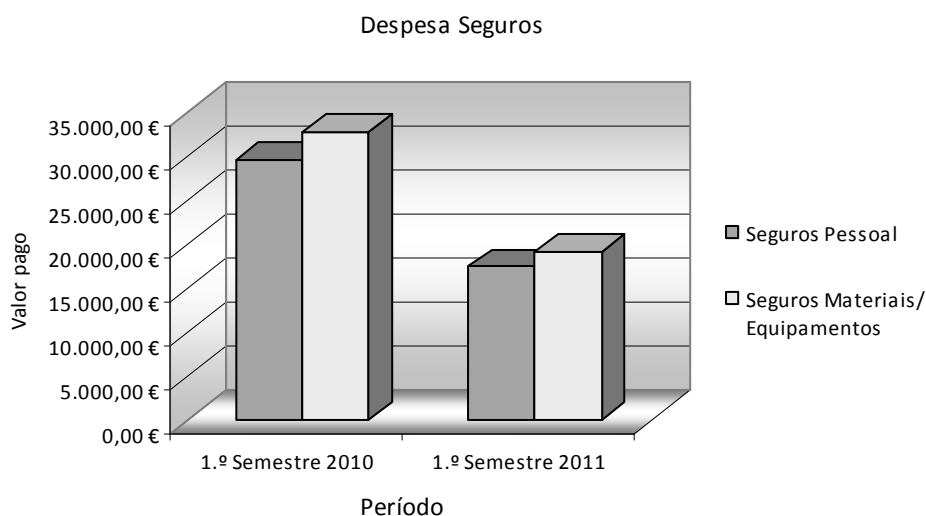


6. Despesas com seguros

No período em análise a despesa paga com seguros registou uma redução de 26.068,12€ comparativamente a igual período do ano anterior, que se justifica pela realização de um novo contrato. Em ambos os períodos foram pagas despesas relativas a períodos anteriores.

Descrição	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Seguros Pessoal	29.759,19 €	17.472,87 €
Seguros Materiais/ Equipamentos	32.951,98 €	19.170,18 €
Total	62.711,17 €	36.643,05 €

(valor pago)



7. Renegociação de contratos de prestação de serviços e trabalhos especializados

Durante este período procedeu-se à denúncia do contrato de manutenção com a ANO, em relação às seguintes aplicações:

GSE - Gestão e Seguimento de Expediente e MDD - Módulo de Digitalização de Documentos;

SeAP - Software para Serviços de Atendimento ao Público;

ScOG - Software de Contra-ordenações Gerais;

Portal de Atendimento@NET (GSP-Web);

Portal Atendimento@PDA (WebPDA);

SeAP@NET;

Cartão de Múncipe;

Oracle RDBMS;

Oracle Application Server.

Simultaneamente, o Município procedeu à rescisão do contrato de consultoria com a Global Soft, em consequência da aquisição de um novo software de POCAL à empresa MEDIDATA, tal como já foi anteriormente referido.

Ainda durante o primeiro semestre de 2011 o Município renegociou com a empresa PAD- Produção de Actividades Desportivas, SA o contrato relativo à Volta a Portugal, tendo conseguido uma poupança em cerca de 20%.

Encargos Financeiros

1. Renegociação das condições praticadas pelas entidades financeiras para a dívida de médio e longo prazo

Durante este período não foram desenvolvidos procedimentos no sentido de obter condições mais favoráveis relativamente à dívida de médio e longo prazo.

2. Prazos de pagamento

Relativamente aos prazos de pagamento de novos contratos, o Município tem feito um esforço por cumprir com o estipulado- que aponta para um prazo de pagamento nunca superior a 60 dias- sendo que a existência de dívidas ainda de 2010 impede um cumprimento cabal deste compromisso.

3. Dívida de curto prazo

A dívida de curto prazo em 30 de Junho de 2011 é de 650.121,41€

Outras

1. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo

A aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo permitiu definir critérios objectivos para a concessão de apoios e subsídios às entidades desportivas do concelho, através do qual se alcançou uma poupança de cerca de 20% em relação aos anos anteriores.

III. Execução de Maximização da Receita

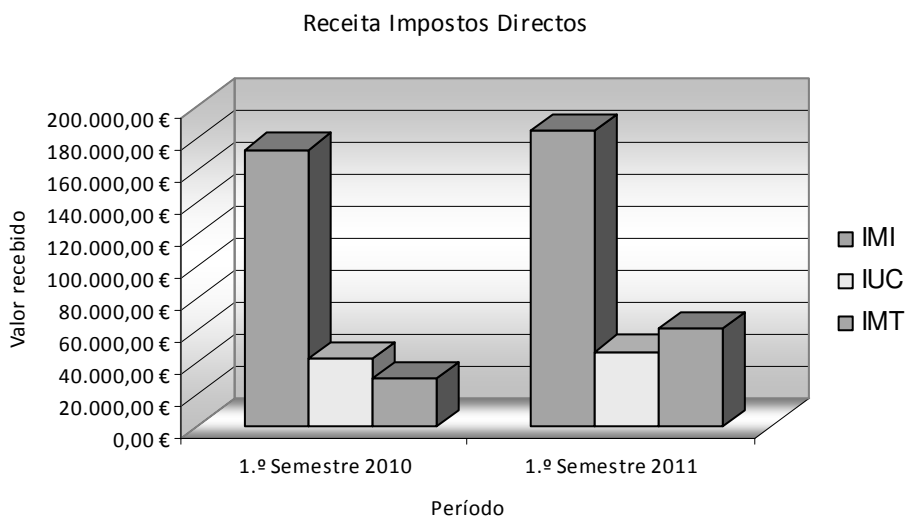
Impostos Municipais

1. Impostos Directos

Relativamente à receita referente a impostos directos, verificou-se um aumento no montante recebido comparativamente ao período homólogo, no valor de 47.474,13 € conforme quadro e gráfico seguintes.

Impostos directos	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
IMI	172.972,64 €	184.593,93 €
IUC	42.299,61 €	46.914,46 €
IMT	30.295,78 €	61.533,77 €
Total	245.568,03 €	293.042,16 €

(valor recebido)



Taxas e Licenças

1. Novo Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas

Em 18 de Maio de 2010, entrou em vigor o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) Compensações Urbanísticas do Município e do Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas, publicados no Diário da República 2.ª Série, n.º 95, no dia 17 de Maio de 2010.

O novo Regulamento baseou-se na “justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, sendo o valor das taxas correspondentes ao custo do serviço público local ou ao benefício auferido pelo particular”.

Não obstante o novo regulamento e as novas taxas, o valor arrecadado pela rubrica de “taxas, multas e outras penalidades” diminuiu no período em análise. A este propósito, refira-se a receita proveniente da instalação do Parque Eólico de Gevancas II arrecadada em 2010 que justifica, em parte, o diferencial verificado.

Descrição	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Taxas, multas e outras penalidades	107.903,47 €	56.074,65 €

(valor recebido)

Venda de Bens e Serviços

1. Actualização das tarifas dos resíduos sólidos urbanos

O Município de Mondim de Basto procedeu à actualização das tarifas de resíduos sólidos urbanos do concelho, nomeadamente ao nível das prestação de serviços relativos à recolha, tratamento e destino final, de acordo com o previsto no art.º 22 do Regulamento Municipal dos Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Urbana do Concelho de Mondim de Basto.

A aplicação das novas tarifas foi precedida por um estudo para determinação dos novos valores, de modo a reduzir os custos suportados pela autarquia.

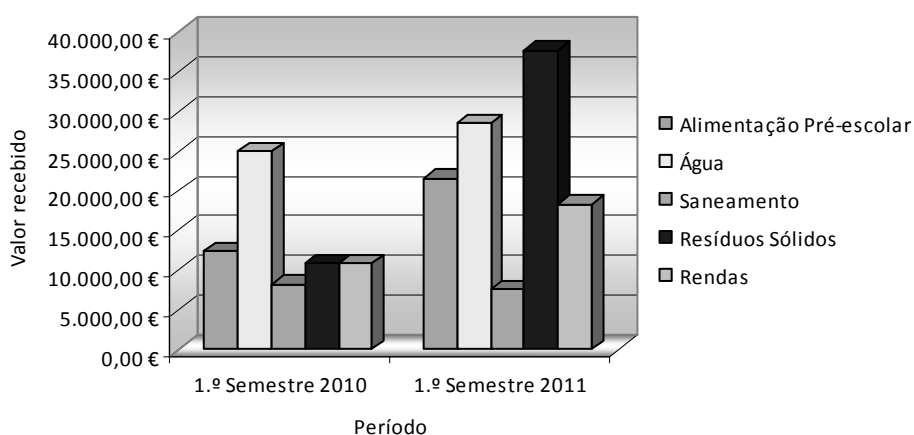
Com esta actualização foi possível aumentar as receitas com resíduos sólidos relativamente ao período homólogo em 26.915,76 €.

No geral, as receitas de vendas de bens e serviços neste período aumentou 46.457,36 €, conforme se pode verificar na tabela e gráfico abaixo apresentados.

Venda de bens e serviços	1.º Semestre 2010	1.º Semestre 2011
Alimentação Escolar	12.361,46 €	21.601,29 €
Água	25.106,34 €	28.537,65 €
Saneamento	8.241,05 €	7.588,31 €
Resíduos Sólidos	10.892,70 €	37.808,46 €
Rendas	10.872,70 €	18.395,90 €
Total	67.474,25 €	113.931,61 €

(valor recebido)

Receita Venda de Bens e Serviços



IV. Conclusão

Da análise efectuada à execução do plano de saneamento financeiro do Município, verifica-se que as acções programadas de minimização da despesa e maximização da receita estão a ser paulatinamente concretizadas, sendo expectável que no decorrer dos próximos períodos se proceda à reestruturação de outras acções, de modo a aumentar o nível de concretização desejado.

O Município renova o seu compromisso de manutenção de equilíbrio financeiro que passa pela não assunção de quaisquer compromissos que não possam ser integralmente solvidos no exercício a que respeitam.

Anexo I - Relação de Encargos Assumidos e não Pagos